



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Diório, Zânia Maria; Gomide Cunha, Paula Inez
Ascensão Escolar e Profissionalização de Bons Alunos de Baixa Renda: Avaliação de Um Programa
Brasileiro
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 17, núm. 3, 2004, pp. 359-366
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18817309>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Ascensão Escolar e Profissionalização de Bons Alunos de Ensino Médio: Avaliação de Um Programa Brasileiro

Zânia Maria Diório^{1, 2}

Instituto Bom Aluno do Brasil, Paraná

Paula Inez Cunha Gomide

Universidade Federal do Paraná

Resumo

Esta pesquisa de avaliação de programa analisou a escolarização e a profissionalização de 629 jovens de Curitiba e arredores no ano de 2001, para detectar o efeito do programa social PBA – Programa Bom Aluno. Verificou-se a evolução da escolarização, a interrupção nos estudos, a frequência e o tipo de instituição formal de ensino, se pública ou privada, e o tipo de trabalho nos grupos experimental e controle. O efeito positivo do programa foi identificado no nível superior de ensino ($p < 0,0001$), onde se encontrou que havia 3 vezes mais participantes do grupo controle do que do experimental ($\chi^2 = 34,164; p < 0,0001$), onde se encontrou que havia 3 vezes mais participantes do grupo controle do que do experimental ($\chi^2 = 8,672; p = 0,003$) de alunos do PBA, do nível superior, que trabalhavam e estudavam a universidade. Foram identificados 62,9% de alunos do PBA, do nível superior, que trabalhavam e estudavam a universidade com apenas 37,9% ($\chi^2 = 8,672; p = 0,003$) do grupo controle. Concluiu-se que as ações do PBA foram efetivas em ajudar os estudantes a manter o estudo, e exercer o trabalho no nível superior de ensino.

Palavras-chave: Avaliação de programas; educação; profissão; adolescente.

The Educational and Professional Development of low Income Students: Evaluation of a Program

Abstract

This research that was carried out in order to evaluate the effect of the Program Bom Aluno, PBA, taking into account the educational and professional development of 629 students from Curitiba and surroundings in the year of 2001. It was verified the schooling without interruption in the process, the attendance to classes and the kind of institution where the practice and kind of work in both the control and the experimental groups were assessed. Positive effect was verified at university ($\chi^2 = 34,164; p < 0,0001$), where there were three times more participants from the control group to college than from the experimental group. It was found that 62,9% of the students from PBA at that time worked and studied at university whereas only 37,9% ($\chi^2 = 8,672; p = 0,003$) of the students from the control group did so. It was concluded that the actions of the PBA were effective in helping the students to reach college, continuing the studies, and start working.

Keywords: Program evaluation; education; profession; teenager.

Consoante às estatísticas apresentadas pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC (1996), houve uma evolução da educação brasileira nas duas últimas décadas, refletidas em um aumento da taxa média de escolaridade da população: de 2 anos de estudo em 1960, houve uma progressão para 5 anos de estudo em 1990. Ainda assim, o Brasil tem sido apontado como um dos países com menor nível de escolarização do mundo: entre os 71 milhões de brasileiros que compõem a população economicamente ativa, a média

em 1993; Ribeiro, 1991). As perdas de anos de estudo devido ao trabalho infantil e juvenil são grandes e provavelmente não serão recuperadas ao longo da vida. Além disso, também, porque tendem a se perpetuar (Souza, 2000, p. 8).

Ao se ponderar sobre a distribuição da escolaridade, em 1990, o Brasil possuía o ensino fundamental em 80% o nível superior, a

(Sarriera & Teixeira, 1997). Pesquisas realizadas por Casal, Masjuan e Planas (1989) indicam que na transição da escola para o trabalho, boa parte dos empregos pouco ou nada tem a ver com os estudos. É justamente esta falha para a formação no trabalho, gerada pela alta exigência do mercado laboral e pela baixa qualificação do trabalhador, tanto na educação formal quanto na formação humana, que faz surgir a necessidade de capacitação ou de desenvolvimento por intermédio do “ensino não formal” (Ferretti, 1997; Kuenzer, 2000; Lúcio & Sochaczewski, 1998; Shiroma & Campos, 1997).

A literatura (Camarano, Pasinato, Arruda & Lovisolo, 2001; Kuenzer, 2000; Patto, 1993; Pestana, 1999; Ribeiro, 1991), freqüentemente, relata que a necessidade do trabalho se sobrepõe e afasta os jovens do mundo do estudo; em compensação, o mundo do trabalho remunera melhor aqueles que têm maior escolaridade (Delors, 2000; Rocha, 2000).

Tanto a qualificação quanto a inserção profissional da juventude têm sido estudadas no Brasil, com o intuito de identificar as razões que levam o jovem de ensino médio a iniciar prematuramente sua atividade laboral. Sarriera e Teixeira (1997) argumentam que o desinteresse pelos estudos e a autonomia quanto aos pais são causas importantes neste processo. Por outro lado, para capacitá-los ao emprego, buscase o desenvolvimento de capacidades e conhecimentos, de representações sociais e atitudes frente ao labor, de treinamento de habilidades sociais, elementos incertos nos contextos do trabalho e da cidadania (Sarriera, Câmara & Berlim, 2000; Sarriera, Câmara, Schwarcz, De Bem & Garandillas, 1996; Sarriera & Teixeira, 1997).

Avaliação de Programas

No Brasil, a produção de conhecimento no que se refere à avaliação de programas do terceiro setor cresce gradativamente (Belloni, Magalhães & Sousa, 2000). Quando se trata de avaliar uma intervenção social, é crucial selecionar um delineamento de pesquisa, no qual se garanta a comparabilidade dos grupos, o controle de variáveis intervenientes e a superação dos problemas de seleção diferencial (Cano, 2001). Segundo Baer (2001), o efeito de um programa é reputado pelas medidas antes-depois,

Na pesquisa de avaliação, também denota-se a idéia é identificar o(s) impacto(s) obtido(s) e serem avaliadas. Não se pretende buscar causalidade, tampouco caracterizá-las e com a maior parte das fórmulas ou modelos de aproximação e apreensão do objeto com uma abordagem quantitativa, com crescente participação qualitativa; porém, ressalte-se que esta avaliação visa para a objetividade, demais de visibilizar o contexto de generalização do observado. Aliás, é difícil neste tipo de pesquisa o objetivo primordial de um conhecimento que seja reconhecido pela comunidade científica (Cohen & Franco, 1997).

O Programa Bom Aluno

O Programa Bom Aluno (PBA) surgiu em Curitiba para garantir a melhoria das condições de estudo dos alunos de baixa renda. Este programa é desenvolvido por empresários paranaenses; logo, a partir deste programa o PBA pretendeu melhorar a condição social dos alunos preparando-os e, posteriormente, inserindo-os no mercado de trabalho. Os procedimentos educacionais adotados são que seus alunos realizem um estudo de curta duração com interrupções. Além disso, cursos de inglês e desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicação são oferecidos aos educandos.

O PBA seleciona estudantes da 5ª série do ensino, oriundos de famílias de baixa renda (renda familiar que não ultrapasse 6 salários mínimos), cujas notas são iguais ou maiores que sete (7,0) em todas as disciplinas. Sua clientela condições e estímulos para que obtenham sucesso educacional e profissional; seu alcance se estende até o nível de graduação. Demais disso, o Programa oferece recursos financeiros para que 10% dos formandos possam cursar de pós-graduação, inclusive no exterior. O programa é disponível para os alunos formados que tenham concluído os cursos de pós-graduação e que logrem êxito em sua busca por tanto.

Após 10 anos de funcionamento, a equi-

O grupo controle foi composto por alunos que apresentavam perfil escolar semelhante ao dos estudantes que ingressaram no PBA, ou seja, com nota mínima de 7,0 em todas as matérias, em todos os anos escolares, provenientes de escolas públicas estaduais e municipais de Curitiba e de cidades circunvizinhas. As escolas escolhidas foram as mesmas freqüentadas pelos alunos do PBA. Os participantes foram selecionados dentre famílias com faixa salarial similar a do grupo experimental.

Com efeito, a avaliação englobou três campos de investigação, quais sejam: escolarização, profissionalização e relação entre a escolarização e a profissionalização. A escolarização compreendeu a análise da *escolaridade inicial* (série escolar na qual o participante estava no momento em que foi admitido no PBA), a *escolaridade ideal* (ano escolar em que o aluno deveria estar em 2001, caso não ocorresse nenhum tipo de interrupção em seus estudos) e a *escolaridade atual* (série em que o aluno se encontrava em 2001, independentemente da situação de interrupção nos estudos). A avaliação da escolaridade foi feita mediante comparação do grupo experimental com o controle, quanto à interrupção ou não dos estudos durante a vida escolar. Obtida a escolaridade atual, comparava-se esta à escolaridade ideal. Tal procedimento permitiu apontar o sucesso de cada participante em termos evolutivos, sem interrupção dos estudos.

No tocante à profissionalização, procurou-se levantar as atividades laborais de cada participante, a conexão com a área de estudo e se as diferenças entre elas estariam vinculadas à ação do PBA. A relação entre escolarização e profissionalização foi avaliada via comparação entre o grupo experimental e o controle, quanto a estar ou não trabalhando, demais de correlacionada com o fato de estar ou não estudando.

Método

Participantes

Participaram da pesquisa 629 estudantes, divididos em um grupo experimental e um grupo controle. O primeiro foi constituído por 275 participantes, os quais ingressaram no PBA entre 1994 e 2000, com idades, à época de sua inclusão, entre 10 e 16 anos, conforme a série de admissão. A esse grupo pertenciam

dados pessoais, da condição de estudante, da instituição e série freqüentada, se abandonou os estudos, de reprovação, de quanto tempo de estudos e motivos, de quantas vezes interrompeu o ensino superior, sobre a vida profissional, se está ou não trabalhando, a atividade de trabalho que iniciou.

Procedimento

Os dados do grupo experimental foram coletados em momentos distintos: conforme o momento de ingresso no ato de ingresso no PBA (dados de escolaridade e de trabalho), os alunos desligados do PBA, os pais ou irmãos, deu-se por telefone. Os dados iniciais (histórico escolar e dados pessoais) do grupo controle foram coletados em escolas públicas e, os finais, por intermédio de entrevistas com os próprios participantes da pesquisa, por meios diretos. Os dados foram digitados no programa *for the Social Sciences (SPSS)* para análise estatística. Os testes não paramétricos “Combinados” e “Qui-quadrado para uma única amostra” foram adotados (p < 0,05).

Resultados

A comparação a partir de amostras independentes do grupo experimental e controle, forneceu dados sobre a situação de escolarização e profissionalização, os quais possibilitaram estabelecer relações entre as variáveis.

Escolarização: Evolução sem interrupção

A Figura 1 comparou os grupos experimental e controle quanto a não interrupção dos estudos entre o ano escolar inicial e do ano escolar atual, por meio de testes de uma diferença estatisticamente significativa entre o ensino superior ($\chi^2_{\text{calc}} = 34,164$; p < 0,05).

(69,5%) participantes do grupo experimental nunca interromperam seus estudos, enquanto que apenas 33 (27%) do grupo controle se mantiveram estudando.

Os dados sugerem que as ações do PBA são efetivas no nível superior; já nos níveis fundamental e médio não ocorreram diferenças de desempenho entre os dois grupos estudados.

A distribuição dos dados na Figura 1 indicou que alguns estudantes interromperam seus estudos, não atingindo o nível superior. Em função disto, avaliou-se o momento desta interrupção. A Tabela 1 demonstrou quando ocorreu a interrupção nos estudos. Observou-se que os alunos que ingressaram no nível fundamental, em ambos os grupos, não pararam de estudar. A análise estatística revelou que a diferença foi significativa entre estudantes do nível médio ($\chi^2_{\text{calc}}=5,110$; $p=0,024$), onde prevaleceu a categoria “estuda” no grupo experimental (90,3%) em comparação aos 80,9% do controle. Este dado pode sugerir que o PBA tem uma ação deveras efetiva sobre seus alunos, evitando que interrompam seus estudos. Outro dado interessante aparece quando se analisa o comportamento dos universitários, nos dois grupos: verificou-se que após atingir este nível de escolaridade, os estudantes não mais abandonam os estudos.

Os motivos que levaram os participantes a parar de estudar, segundo seu próprio depoimento, estão elencados na Tabela 2. Para o grupo experimental, as razões de interrupção dos estudos foram variadas e as opiniões se dispersaram, representadas pela categoria “outro motivo”, com 3,5% (gravidez, casamento, serviço

militar, problema de saúde, falta de motivação para o ingresso na faculdade em outra cidade, insegurança no vestibular). Já para o grupo controle, o motivo foi “reprovação no vestibular e falta de condições para estudar na ou faculdade particular”, com 7,4% das respostas. Outros motivos foram “estudar e trabalhar é muito cansativo” e “necessidade de sustento da família ou obter o próprio sustento”, com 2,8% de respostas.

A reprovação no vestibular e a falta de condições financeiras são justamente os dois fatores que distinguem os grupos. Por um lado, o grupo experimental é apoiado financeiramente pelo PBA e, em contrapartida, o grupo controle enfrenta as dificuldades financeiras naturais da classe social a que pertencem.

Condição de trabalho em 2001

Foram encontrados 193 participantes em 2001. Destes, 78 pertenciam ao grupo experimental e 115 ao grupo controle. Analisando-se os dados em função do nível de ensino, observou-se que somente no nível médio houve diferença entre os grupos foi estatisticamente significativa ($\chi^2=6,22$; $p=0,012$), isto é, os alunos do grupo experimental apresentaram uma maior proporção de trabalho em 2001. Entre os participantes do grupo controle (28,70% dos participantes) não houve apoio financeiro dado pelo PBA, os alunos foram obrigados a ir ao trabalho, de forma que tal procedimento não foi sendo responsável por esta diferença nos

Tabela 1
Condição de Estudo de acordo com os Níveis de Ensino

Grupo	Condição	Nível de ensino		
		fundamental	médio	superior
Experimental	Estuda	69 (100%)	130 (90,3%)	62 (100%)
	Não estuda	0 (0%)	14 (9,7%)	0 (0%)
Controle	Estuda	82 (98,8%)	174 (80,9%)	55 (98,2%)
	Não estuda	1 (1,2%)	41 (19,1%)	1 (1,8%)

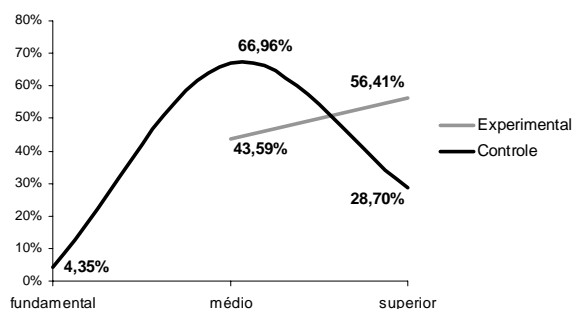


Figura 2. Distribuição dos participantes, que trabalhavam em 2001, por nível de ensino.

Tipo de trabalho em 2001

Os dados sobre o tipo de trabalho, vistos na Tabela 3, revelaram, num primeiro momento, que a totalidade dos alunos do PBA e a grande maioria dos do grupo controle que estão no nível fundamental, não trabalham. Esta informação é muito importante e confortadora, visto que existe todo um esforço da sociedade e da legislação vigente (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, 1990), no sentido de proibir o trabalho infantil, favorecendo, portanto, a escolarização.

No nível médio já se pôde observar uma maior distribuição de participantes entre os tipos de trabalhos, porém com uma concentração significativa no item “não trabalha” para os dois grupos (76,4% do grupo experimental e 64,2% do controle). Observou-se, também, que 1/4 dos que trabalham fora de sua área de estudo são do grupo controle (25,1%), com uma menor parcela do grupo experimental (16%).

No nível superior predominou a atividade de estágio (40%) no grupo experimental em comparação a 25% do controle. Entre os universitários, 41% dos alunos do grupo controle não trabalhavam, contra apenas 29% dos alunos do PBA. Este dado deve ser analisado em conjunto com a atividade de estágio desenvolvida por eles, ou seja, os alunos do PBA estão

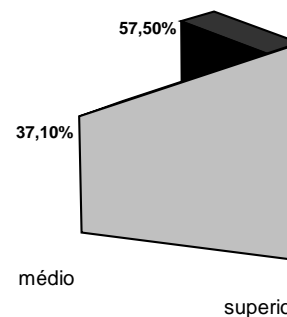


Figura 3. Alunos que estudavam em 2001, por nível de ensino médio e superior.

complementando sua formação, já que muitos deles estão vinculados às suas áreas de atuação, e outros estão buscando trabalho entre os empregados.

Trabalho: relação entre os níveis de ensino

Foi realizada uma análise da distribuição dos participantes experimentais ($n=70$) dos participantes do grupo experimental de ensino superior de ensino, os quais estavam trabalhando simultaneamente (Figura 3). Há uma diferença proporcional do nível médio para o nível superior, enquanto que para o grupo controle a diferença é menor (de 57,50% para 37,90%), no grupo experimental a curva é crescente (37,1% para 57,5%).

Observou-se o predomínio do trabalho fora da área de estudo no grupo controle que trabalhavam no nível superior ($\chi^2_{calc}=5,630$; $p=0,018$) e, também, o predomínio dos alunos do PBA que trabalhavam no nível superior ($\chi^2_{calc}=8,672$; $p=0,003$), sendo estatisticamente significativas, pelo teste de Fisher, no grupo do PBA, onde a inserção ao mercado de trabalho planejado programático, efetiva, ocorreu durante o período em que os alunos cu

Ensino superior público versus privado

A maioria dos estudantes, independentemente do grupo, freqüentava instituição particular de ensino superior, segundo a Figura 4 (70,5% para o experimental e 78,8% para o controle). O dado mais expressivo de diferenciação entre os grupos pesquisados, diz respeito à instituição pública, na qual o grupo experimental se distribuiu igualmente entre exercer ou não atividade laboral, enquanto que o controle, cujos integrantes estudavam em instituição pública, não trabalhava em sua maioria (63,6%).

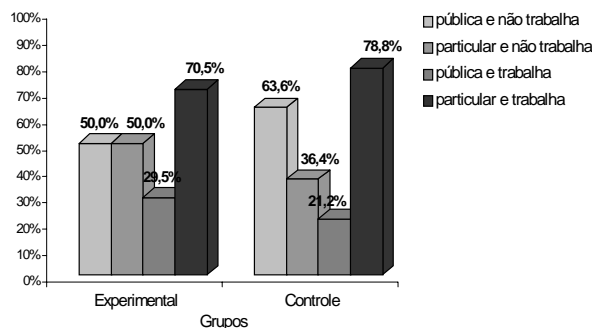


Figura 4. Distribuição dos grupos pesquisados de acordo com o trabalho e o tipo de instituição no nível superior.

As mensalidades dos estudantes do PBA eram mantidas pelo Programa enquanto que as do controle eram pagas pelos próprios alunos, que freqüentavam instituição privada e trabalhavam, de modo majoritário, provavelmente para manter seus estudos. Entrementes, observou-se que os universitários do grupo controle que freqüentavam instituições públicas, em sua maior parte, não trabalhavam.

Discussão

No que diz respeito à imagem do “bom aluno”, existe um contraponto entre o “senso comum” e a ciência, como afirma Rangel (1997). A autora diz que a atribuição muitas vezes feita ao “bom aluno” é a instituição particular, o que pode ser explicado

O Programa Bom Aluno demonstrou quanto ao acompanhamento de alunos nos estudos, quer por abandono ou reprovação, uma maior porcentagem de estudantes no nível superior de ensino (69,5% para o experimental e 27% para o controle). Em todos os anos do Programa prestaram vestibular em Curitiba e ingressaram na universidade, sendo a maioria na universidade pública (Universidade Federal do Paraná – UFPR e Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET-PR) de aproximadamente 50%.

De acordo com os índices nacionais, o abandono escolar concentra-se no nível fundamental (IBGE, 1997, 2000; MEC, 1996); denota-se, portanto, que o incentivo para o aumento da escolaridade em nosso País só teve início em meados de 1990 (IBGE, 2000b). Entretanto, o acesso ao nível superior é reservado àqueles de renda mais alta, como se pode ver em exemplos em que o esforço do próprio aluno é a chave para a conquista (Comissão Central do Concurso de Ingresso no Ensino Superior – UFPR, 2002; Kuenzer, 2000). Aparentemente, os dados desta pesquisa, ser um bom aluno não garante a não evasão escolar no ensino fundamental. No entanto, a evasão escolar ocorreu ao final do ensino fundamental e seu ingresso no ensino superior, o que não ocorreu no grupo experimental. Já as razões que levaram os alunos a abandonar os estudos referiram-se à reprovação no vestibular e à falta de condições econômicas para freqüentar o pré-vestibular e de nível superior na rede pública.

O investimento do PBA no ensino superior possibilita a seus integrantes um nível de escolaridade diferenciado, que favoreça a sua inserção no mercado de trabalho, potencializando sua remuneração. A expectativa do Programa é que ocorra uma mudança na condição social do aluno, bem como de sua família. (Kuenzer, 2000) comenta que os programas sociais de educação constituem-se num verdadeiro movimento de inclusão social. Os necessitados, caracterizam-se muito mais por sua situação econômica do que por sua

Nesse quadrante, a autora também menciona que, enquanto os países desenvolvidos apresentam índices elevados de educação superior, no Brasil as empresas têm assumido a escolarização dos trabalhadores, devido à insuficiência das políticas públicas.

Investir em alunos com bom desempenho escolar, como o faz o PBA, permite que o apoio financeiro iniba o abandono e o fracasso escolar que podem acometer mesmo os mais motivados e competentes nesta área. Caillods (1994) salienta que os jovens que fracassaram em sua escolaridade regular ou foram dela excluídos, tenderão a engrossar o contingente dos que só encontram trabalho no setor não-estruturado da economia, mormente quando a tais exigências se somam os requisitos de formação geral sofisticada, priorizados pelas empresas inovadoras.

O aumento da condição “só trabalha” e a conseqüente diminuição do estudo na medida em que a idade aumenta, revelaram que a necessidade do trabalho vai se sobrepondo e afastando os jovens do universo escolar, em especial, nas fases do ensino médio e superior (Camarano & cols., 2001; IBGE, 2000; Kuenzer, 2000; Patto, 1993; Pestana, 1999; Ribeiro, 1991). Nesta pesquisa, observou-se uma parcela significativa de abandono dos estudos entre os participantes do grupo controle; já os dados pertinentes ao grupo experimental expuseram uma realidade inversa, em que os melhores resultados na relação trabalho e estudo apareceram no ensino superior.

O Programa Bom Aluno pretendeu colocar à disposição dos seus alunos dispositivos pedagógicos que favorecessem a melhoria de sua condição social. Parte desta mudança social poderá ser obtida mediante qualificação profissional, qualidade de emprego e nível salarial dos participantes. Outra parcela disto poderá ocorrer via uma melhoria das habilidades sociais e nível de conhecimento geral de inglês, computação, etc., dos participantes. Os programas sociais que pretendem ampliar oportunidades para a transformação social devem disponibilizar aos seus participantes um conjunto de habilidades e conhecimentos, capazes de garantir

A avaliação de programas sociais para o Bom Aluno, é necessária para que se saiba sobre o que é feito, agregando conhecimento científico a um conhecimento sobre a realidade. A razão de ser e, no caso de programas sociais, possibilitar o fortalecimento de uma política é um caminho importante a ser seguido.

O Programa Bom Aluno é uma resposta à evasão escolar e a baixa qualidade das escolas. Essas profundamente vivenciadas por nós. A sociedade brasileira, ao contrário, não contribuiu para a transformação social do País. Eis que aí se manifesta um fenômeno que estarão sempre dispostos a enfrentar.

Referên

- Aquino, J. G. (Org) (1997). *Erro e fracasso na educação*. Rio de Janeiro: FAPERJ.
- Baer, D. M. (2001, setembro). *Evaluating a program: A case study in evaluation*. Trabalho apresentado no 10º Congresso Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental, Curitiba, PR.
- Belloni, I., Magalhães, H. & Sousa, L. C. (2000). *Programas sociais em educação profissional: Uma experiência em educação profissional*. Trabalho apresentado no 10º Congresso Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental, Curitiba, PR.
- Caillods, F. (1994). Rasgos convergentes entre a educação superior e o trabalho profissional. *Revista Internacional del Trabajo*, 112(1), 1-10.
- Caixeta, N. (1997). Como virar a página. *Brasil*, 1(1), 1-10.
- Camarano, A. M., Pasinato, M. T., Arruda, M. C. & Pato, M. (2001). *Trabalho e educação: O caso dos jovens brasileiros no mercado de trabalho* [On-line]. Disponível em: <http://www.cespp.org.br/revista/revista01/010101.htm>
- Cano, J. I. (2001). *Elaboração de um texto introdutório e sua aplicação a educação* [On-line]. Disponível em: <http://www.cespp.org.br/revista/revista01/010101.htm>
- Casal, J., Masjuan, J. M. & Planas, J. (1989). *Los itinerarios de transición entre los 14 y los 18 años*. Madrid: Alianza.
- Cohen, E. & Franco, R. (1999). Avaliação de programas sociais de educação profissional em América Latina y el Caribe. *América Latina: Algunos desarrollos recientes en educación profesional y de política*. Santiago, Chile: Cepal.
- Comissão Central do Concurso Vestibular de 2000. *Comissão de Avaliação Sócio-Educacional - Concurso Vestibular 2000*. Curitiba, PR.
- Delors, J. (Org) (2000). *Educação: Um tesouro esquecido*. Brasília, DF: MEC, UNESCO.
- Diniz, F. M. (2002). *O ensino médio e a formação profissional*. Curitiba, PR: FAPESP.

- Kuenzer, A. Z. (2000). O ensino médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. *Educação & Sociedade* [On-line], 21. Disponível: www.scielo.br
- Lúcio, C. G., & Sochaczewski, S. (1998). Experiência de elaboração negociada de uma política de formação profissional. *Educação & Sociedade* [On-line], 19. Disponível: www.scielo.br
- Ministério da Educação e Cultura– MEC (1996). *Estatísticas da educação básica no Brasil* (Extraído do Relatório para a Conferência Internacional de Educação em Genebra, 1996) [On-line]. Disponível: www.mec.gov.br
- Novaes, H.M.D. (2000). Avaliação de Programas, serviços e tecnologias em saúde. *Revista de Saúde Pública* [On-line], 34. Disponível: www.scielo.br
- Patto, M. H. S. (1993). *A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Queroz.
- Peliano, A. M. T. M. (Org.) (2000). A iniciativa privada e o espírito público: Um retrato da ação social das empresas do sudeste brasileiro. *Pesquisa IPEA – Resultado final* [On-line]. Disponível: www.ipea.gov.br
- Pestana, M. I. G. de S. (1999). Avaliação educacional: O sistema nacional de avaliação da educação básica. Em E. M. Rico (Org.), *Avaliação de políticas sociais: Uma questão em debate* (pp. 53-63). São Paulo: Cortez.
- Rangel, M. (1997). *“Bom aluno” real ou ideal*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ribeiro, C. (1991). A pedagogia da repetência. *Estudos Avançados*, 5, 7-21.

- Rocha, S. (2000). *Pobreza e desigualdade no Brasil: O esgotamento do Real* (Texto para Discussão n. 721) [On-line]. Disponível: www.fipea.com.br
- Sarriera, J. C., Câmara, S. G., Schwarcz, C., De Bem L. A. & G. (2000). O bem-estar psicológico dos jovens porto-alegrenses. *Psico*, 27, 1-10.
- Sarriera, J. C. & Teixeira, R. P. (1997). Itinerários descritivos e prescrições de inserção do jovem na escola ao trabalho dos jovens de Porto Alegre. *Psico*, 28, 1-10.
- Sarriera, J. C., Câmara, S. G. & Berlim, C. S. (2000). Elaboração e avaliação de um Programa de Inserção Ocupacional para jovens. *Psicologia: Reflexão e Crítica* [On-line], 13. Disponível: www.scielo.br
- Shiroma, E. O. & Campos, R. F. (1997). Qualificação e reestruturação: Um balanço das pesquisas em educação. *Educação & Sociedade* [On-line], 19. Disponível: www.scielo.br
- Souza, M. M. C. de (2000). *A importância de se conhecer melhor a realidade das políticas sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Instituto de Economia Aplicada.

Sobre as autoras

Zânia Maria Diório é Psicóloga do Instituto Bom Aluno do Brasil, Paraná. É Mestre em Psicologia da Infância e da Adolescência pela Universidade Federal do Paraná.

Paula Inez Cunha Gomide é Doutora em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo. É Professora da Universidade Federal do Paraná.